

NOTAS SOBRE CLIENTELISMO, CORONELISMO E
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

MARIA ANTONIA ALONSO DE ANDRADE

MARÇO / 88

nº 20

I N T R O D U Ç Ã O

Estas notas são uma colaboração ao debate promovido pelo grupo Interestadual de pesquisa "RELAÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS". Pretende contribuir para uma maior precisão na utilização dos conceitos de coronelismo e clientelismo, assim como analisar as relações entre estes dois fenômenos e a representação política.

O conceito mais controvertido é o de coronelismo, não só pelas diferentes abordagens sobre o tema dado pelos analistas considerados "clássicos" como pelas controvérsias levantadas sobre a sua pertinência como instrumental analítico do quadro político nordestino atual.

Inicialmente delimitamos o conceito de clientelismo para depois abordar as questões mais polêmicas levantadas pela bibliografia sobre coronelismo.

Não pretendemos fazer um estudo exaustivo sobre clientelismo e máquina política, apenas delimitar os conceitos. Para tal nos apoiaremos basicamente na obra de Eli Diniz: Voto e Máquina Política.

CLIENTELISMO E MÁQUINA POLÍTICA

O termo clientelismo no âmbito da Ciência Política é originário da instituição da clientela na Roma Antiga, onde significava uma relação entre sujeitos de status diversos, originada na órbita da comunidade familiar. Tratava-se de uma relação de dependência, econômica e política entre os PATRONUS e seus CLIENTES, indivíduos que gozavam de STATUS LIBERTATIS (em geral escravos libertos e estrangeiros imigrados).¹

O Patronus é antes de mais nada um PATER FAMILIAS e um proprietário fundiário. O Patronus defendia e protegia seus clientes, destinava-lhes terras e gado para criar. Os clientes o retribuíam com deferência e submissão. Assim como auxiliando-o com armas e ajuda financeira quando necessário.

Na Roma Antiga, a base da organização política era a comunidade doméstica, familiar, governada e protegida pelo Pater Familias. A comunidade doméstica era também a estrutura econômica fundamental com o trabalho da terra.

A comunidade política Estatal era constituída pela associação das comunidades familiares. O Estado era incapaz de garantir uma tutela eficaz a seus membros e a tutela recaía nas estruturas familiares.²

Nas sociedades pré-modernas, os sistemas de clientela formavam microsistemas autônomos que se apresentavam como alternativas ao sistema político estatal. No Sistema político moderno, os sistemas de clientela se integram de forma subordinada ao sistema político, servindo de ligação entre o poder político, a sociedade civil e os seus clientes, a quem continuam dispensando proteção

e ajuda em troca de consenso eleitoral, já que o poder frequentemente é distante e hostil.

O clientelismo pratica-se tanto nas sociedades em transformação quanto nas sociedades econômica, política e socialmente mais avançadas.

As sociedades em transformação têm modo capitalista de produção e aparelho político-administrativo centralizado, mas as relações sociais tradicionais e o sistema político pré-existent não foram totalmente extintos, o que permite a perpetuação ou surgimento de determinadas formas de fidelidade e adesão política clientelísticas.

Nas sociedades mais desenvolvidas, como a norte-americana, o clientelismo floresce nas áreas suburbanas, onde se concentram os negros e emigrantes, mas também é alimentado em todo o país pela grande fragmentação da sociedade civil em numerosos grupos de interesses concorrentes entre si.

A personalização do poder e a aquisição de consenso eleitoral através da troca de favores são evidentes e têm muito em comum com o clientelismo dos países subdesenvolvidos.

Os elementos politicamente novos nas sociedades modernas ou em transformação são: 1º) O agigantamento da máquina estatal, que passa a subordinar a sua esfera o poder civil; 2º) a exigência de que o poder estatal seja legitimado através do voto, o que faz com que o consenso eleitoral seja o principal objeto de troca de favores entre clientes e chefe político.

Definiremos o clientelismo como uma prática política que consiste no intercâmbio de voto por favores, entre um determinado chefe ou organização política e seus eleitores com os quais cria um forte componente de lealdade e dependência pessoal.

De acordo com os diversos momentos históricos e as diferentes sociedades, de variados graus de desenvolvimento, existem diversos tipos de clientelismo: do mais personalizado, baseado na relação chefe-político-seguidores, ao clientelismo que envolve partidos ou categorias sociais organizadas.

Uma das bibliografias mais abundantes é a norte-americana, que estudou exaustivamente a máquina política, enquanto organização clientelista, nos grandes centros norte-americanos entre fins do século XIX e as primeiras décadas de XX.³

O Dicionário de Ciências Sociais elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (1986) define os conceitos de chefe político e máquina política de forma limitada e unilateral. Baseia-se apenas numa das três correntes da bibliografia norte-americana, aquela que opta pelo sentido mais restrito e moralista. Segunda esta corrente, máquina política e chefe político são conceitos pejorativos significando de turpação da liderança e da organização política.

Assim, o chefe político seria a pessoa que controla uma máquina política, organização composta principalmente por políticos profissionais que conquista e mantém o poder por métodos secretos e por vezes corruptos, embora revestidos da sanção popular.

Empreguismo, interesses colocados acima da coisa pública, poder irresponsável são sempre associados, nesta abordagem, ao chefe político e à máquina política.

Eli Diniz recupera na bibliografia americana mais duas abordagens.⁴ A primeira é uma postura neutra, sem conotações éticas: qualquer organização política estável, dotada de liderança e hierarquia internas, integradas por membros disciplinados pode ser considerada uma máquina política. Esta abordagem tem o inconveniente de perder de vista a especificidade do objeto a analisar. A terceira linha conceitual relativiza as versões extremas, reconhecendo que ao lado

dos aspectos negativos, a máquina política pode ter uma função de integração social, satisfazendo necessidades de segmentos da população que de outro modo seriam ignorados. A máquina tem um grande poder de mobilização porque se preocupa com problemas específicos do eleitor, que é encarado como um ser real e não como uma abstração. Setores e subgrupos parcial ou totalmente segregados teriam na máquina canais alternativos de atendimento a suas demandas.

Para Eli Diniz existem os traços básicos que distinguem a máquina política das outras organizações políticas que visam igualmente a conquista do poder através de mobilização e do apoio eleitoral:

1. a "dimensão motivacional": os incentivos e recompenas materiais são os recursos mais usados pela máquina para conquistar e manter a lealdade de seus quadros seguidores e adeptos.
2. a linha de ação da máquina é essencialmente pragmática; as questões de princípio não desempenham um papel central. O principal objetivo da máquina é a maximização das condições de êxito eleitoral.

Alguns autores como Duverger (*Les parties politiques*) contrapõem as máquinas aos agrupamentos ideológicos ou classistas, porém a máquina política não é anti-ideológica, já que o pragmatismo pode ser considerado a ideologia conservadora do status quo.⁵ O espaço ideológico pode também expandir-se na máquina partidária como forma de camuflagem: ou seja, basicamente se pratica o clientelismo mas como não se podem estender os favores para todos os eleitores procura-se gratificá-los com retórica, dando a entender que a organização está a serviço de causas mais amplas.

Por outro lado, partidos considerados ideológicos podem comportar máquinas a nível local, ou não praticar o clientelismo apenas por estar fora do poder.

Na prática não há tipos ideais de partidos ou organizações políticas mas as máquinas são organizações essencialmente clientelistas, mas suas práticas e ligações, cujo objetivo principal é maximizar sua capacidade de atrair votos.

Na sua atuação, a máquina política é pragmática e paroquial, sua tática é de compatibilização, de não enfrentamento, entre os diversos grupos de interesses das suas bases de apoio. O conflito é sempre minimizado.

A máquina privilegia os contatos e vínculos pessoais e se afasta do âmbito da ação coletiva.

A política da máquina não leva necessariamente ao desenvolvimento de organizações centralizadas, pode até originar organizações descentralizadas, fragmentadas e pouco disciplinadas.⁷ O que há de comum a qualquer forma de clientelismo é o intercâmbio de favores como elemento central e caracterizador mas “é a escala e a estabilidade de organização que distingue a máquina de outras modalidades de relações clientelísticas vinculando políticos particulares a suas bases eleitorais. A “máquina é complexa e estável”.⁸ Outra função crucial da máquina é a mediação política: a máquina faz a ponte entre as necessidades individuais ou grupais e os órgãos da administração municipal e estadual. As vias de acessos aos diversos níveis de poder são monopolizados pela máquina que assim tem condições de repassar para o cidadão como favor aquilo que é um direito com este procedimento, a máquina reproduz e amplia as desigualdades sociais existentes.

Conclui Ell Diniz que a máquina política reproduz uma lógica conformista e conseqüentemente favorece a preservação da

ordem política e social vigente, difundindo uma dada ideologia conservadora e privilegiando um tipo de vínculo paternalista entre representantes e representados.

Assim, o clientelismo é um forte mecanismo de controle social em benefício dos interesses dominantes, sendo sempre conservador em qualquer modalidade.

NOTAS

1. Dicionário de Política. Bobbio/Mallenci/Pasquino. Ed.Univ. de Brasília. 1986.
2. Op. cit.
3. para um excelente resumo dos diversos estudos norte-americanos sobre as máquinas políticas ver: Voto e Máquina Política. Eli Diniz. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1982. Págs. 23 a 46.
4. Eli Diniz, op. cit.
5. Luigi Graziano - "A Conceptual Framework for the Study of clientelism". (Citado por Eli Diniz).
6. James Wilson, citado por Eli Diniz.
7. Eli Diniz, op. cit.
8. Eli Diniz, op. cit.

CORONELISMO E MANDONISMO

Sendo vasta a bibliografia sobre coronelismo, percebe-se a necessidade de um corte que delimite o seu significado nas diversas etapas históricas.

Todos os autores, inclusive Vitor Nunes Leal - quem primeiro abordou o tema e o cuja obra todos se referem, seja para nela fundamentar-se, seja para criticá-la - referem-se ao coronelismo como fenômeno típico da República Velha Brasileira, porém todos admitem mais ou menos explicitamente que o coronelismo sobreviveu de alguma forma à 1a. República.

Praticamente terminam aí as semelhanças entre os diversos analistas do coronelismo, pois, há diferenças quanto à própria definição do fenômeno e, em decorrência, também em relação às suas bases de sustentação.

Quanto à própria essência do que seja o coronelismo, há na bibliografia basicamente duas abordagens: ou ele é entendido como sistema político ou como mandonismo.

São Nunes Leal tem uma versão globalizante estrutural do fenômeno, para ele o coronelismo é o próprio sistema político da 1a. República brasileira. Como todo sistema, era composto de uma série de relações complexas, que permeavam todas as instâncias de poder, federal, estadual e municipal, segundo uma determinada lógica. A lógica do sistema obedecia às normas de um pacto implícito entre o decadente poder privado dos coronéis e um poder público cada vez mais fortalecido.

O pacto ou COMPROMISSO CORONELISTA, como o denominaria Nunes Leal existia porque poder público e privado necessitavam um de outro. Os coronéis tinham exercido desde a colônia funções que cor

9. Vitor Nunes Leal - Coronelismo, enxada e voto, (3a. edição, São Paulo, Ed. Alfa - Omega, 1976).

respondiam ao Estado (justiça, proteção, assistência...) e em consequência detinham status, experiências e controle político de suas áreas de influências.

Com a República surgiu um novo sistema eleitoral de base mais ampla e representativa, se comparado com a do Império. Para o governo o pacto era necessário, segundo Nunes Leal, porque precisava dos votos dos coronéis. Os coronéis precisavam também do Estado, seja em decorrência da decadência econômica dos proprietários rurais ou pela crescente integração da agricultura aos mercados nacionais e internacionais, o que exigiria medidas que só poderiam ser tomadas a nível de estado - membro ou da federação.¹⁰

Num sentido mais amplo, fala-se também em coronelismo fazendo referência a fenômenos ou práticas políticas residuais do sistema político da 1ª. República. É neste sentido que estudos mais recentes do que de Nunes Leal assimilam o coronelismo ao mandonismo, neles o coronelismo é visto apenas como uma forma de poder e não como um sistema político. (Blondel, Eul Soo-Pang, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Auxiliadora Ferraz, entre outros).

Alguns destes autores, especialmente Pang e Blondel, fazem um estudo mais ou menos pormenorizado do poder de alguns coronéis, da forma como ele era exercido e das adaptações da política local às sucessivas mudanças históricas.

Em Blondel e Maria Isaura P. de Queiroz, o coronelismo é visto como uma estrutura de clientela política. Para os que entendem o coronelismo como mandonismo, a questão de infra-estrutura social não se coloca, questionam-se apenas sobre quais as bases de poder de cada um dos coronéis, que, naturalmente, são as mais diversas possíveis e não tem necessariamente a ver com a posse da terra.

Assim Pang enumera o comércio, a indústria e o carisma como bases de poder de certos coronéis, Maria Isaura acrescenta os

10. José Murilo de Carvalho. "Coronelismo", In: Dicionário Histórico-Biográfico do Brasil 1889 - 1930. (Rio de Janeiro. Ed. Forense, 1985) 2º Volume págs. 932 - 934.

bens de fortuna e Blondel afirma que, pela ordem, fortuna, parentela e o exercício de certas profissões liberais - medicina, advocacia e tabellionato principalmente - levaram ao poder coronelístico.¹¹

Para Nunes Leal a base do sistema coronelista está na estrutura agrária concentradora, sem a qual o sistema não existiria como tal.

Numa aparente contradição, ou pelo menos sem fazer a distinção conceitual necessária, o próprio Nunes Leal, no fim de sua obra, se refere ao coronelismo enquanto mandonismo, e não mais como sistema político: "... a decomposição do coronelismo só acontecerá com a alteração fundamental da estrutura agrária... mas os governos tem saído até hoje (1949) das classes dominantes, com o imprescindível concurso do mecanismo coronelista... o resultado é a subsistência do "coronelismo", (os grifos são do autor) que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos".¹²

Em todo caso é evidente que, como sistema político, o coronelismo morreu em 1930. A ele sobreviveram os coronéis, com seu poder reduzido ao nível local, ou seja, o que sobrevive é a prática do mandonismo e por muito tempo. A produção acadêmica mais recente utiliza amplamente o prisma do coronelismo - mandonismo para abordar a problemática do poder local no Nordeste e mais especificamente no sertão, que aparece como um reduto do mandonismo (Marcel Bursztyn, Maria do Carmo B. Ferraz, Sandra Maria Correia Bradley entre ou-

11. Maria Isaura Pereira de Queiroz. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo. Ed. Alfa-Omega, 1976.
Eul Soo Pang, Coronelismo e Oligarquias. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1979.

Jean Blondel. As condições de vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1957.

12. Nunes Leal. Op. cit. págs. 256 e 257.

13
tros).

Antes de examinar a validade teórica do conceito de coronelismo para a realidade atual do poder local vejamos algumas críticas levantadas a noção de "compromisso coronelista" de Nunes Leal.

O "COMPROMISSO CORONELISTA" EM QUESTÃO

O "Compromisso" como base do sistema coronelista tem sido questionado pelos que negam a importância do voto como fundamento do poder do coronel (Paul Cammack, José Murilo de Carvalho, Ibarê Dantas). As críticas se baseiam fundamentalmente em dois argumentos: 1) o baixo nível de participação eleitoral na 1a. República. 2) o pouco valor das eleições na época, dadas as fraudes que aconteciam em todas as fases da eleição. Ibarê Dantas ainda alega uma razão complementar: o eleitorado do coronel estaria em boa medida impedido legamente de votar por ser analfabeto, o que iria de encontro ao argumento de Nunes Leal sobre o predomínio do eleitorado rural.

Este último argumento é bastante frágil, já que com a fraude, institucionalizada o fato do eleitor ser analfabeto não constitui obstáculos para votar.

Por outro lado, é preciso relativizar a dicotomia rural-urbana no contexto da 1a. República.

Raimundo Faoro, referindo-se aos censos que mostram o crescimento progressivo da população urbana brasileira na 1a. Repùbli

-
13. Marcel Bursztyn. O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 1984.

Maria do Carmo B. Ferraz. "Oligarquias rurais: reflexões sobre os sertões nordestinos" in: Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFCE, 1986.

Sandra Maria Correia Bradley. Açúcar & Poder. Recife: CONDEPE / FIAM/CEM. 1977.

ca afirmou: "os números iludem e escondem os fatos... os homens da cidade não exercem na totalidade funções urbanas. Com o predomínio das atividades da agricultura e da pecuária, há uma faixa instável RURBANA, caracterizando-se o corpo social pela influência dos interesses rurais.¹⁴ Politicamente também não havia, durante a 1ª. República, diferenças fundamentais entre a cidade e a área rural. O operariado emergente vivia em miseráveis vilas ou cortiços. A vida operária nas vilas era um prolongamento da rígida disciplina do regime fabril. "Os membros da família operária, toda ela submetida à produção da mais valia, acabavam por existir, fora da fábrica, enquanto uma espécie de "colonos", agregados ou "moradores" dos domínios da empresa. Muitas vezes, não recebiam salário, mas vales para serem trocados por mercadorias nos armazéns da empresa. Outras vezes essa massa proletária funcionava como clientela política dos patrões num mecanismo análogo ao do "coronelismo". Não se tratava de nenhum resquício colonial ou pré-capitalista; essa era das formas específicas pela qual se engendrava o capital industrial e o operariado fabril na sociedade brasileira".

O controle dos patrões sobre o operariado e a exploração, ajudados pela repressão policial e pela política do Estado, faziam com que a coerção, inclusive no plano político, não fosse menor do que a possível de ser exercida pelos coronéis no interior¹⁵. Com uma diferença fundamental: as relações entre patrões e operários não estavam permeadas pelo compadrio, pelo sentimento de fidelidade. O empresário urbano não tinha o prestígio de muitos coronéis aos olhos de seus trabalhadores e agregados. Nem todo coronel correspondia ao estereótipo truculento comumente difundido.

Naturalmente o ambiente urbano e especificamente o das

14. Raimundo Faoro. Os Donos do Poder. (Porto Alegre. Ed. Globo, 1977, (2º Volume) pág. 623.

15. Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão. Brasil História, Texto e Consulta. (Rio de Janeiro) Ed. Brasiliense, Volume 3. 2ª. Edição. Pág. 290.

grandes cidades brasileiras, cheias de emigrantes estrangeiros, imbuídos de idéias anarquistas e libertárias era propício à luta operária pela libertação, ao passo que o campo, à época isolado, tinha condição de se manter no imobilismo político e social.

Por outro lado, o número de votantes era exíguo, tanto na área rural como nas cidades, por exemplo, nas eleições legislativas de São Paulo, em 1907, o número de eleitores era de apenas 6000, ou seja, 2% da população de 300.000 habitantes.¹⁶

Também é preciso verificar o critério utilizado pelos censos brasileiros para definir o rural e o urbano. No Brasil, o conceito oficial de cidade é de caráter político-administrativo: cidades são as sedes dos municípios. Além das cidades, são consideradas também incluídas na categoria de urbanas, as vilas e as sedes de distrito¹⁷. Consequentemente, por este critério há distorções consideráveis: pequenas aglomerações são consideradas urbanas enquanto que outras, bem maiores e desenvolvidas, são consideradas rurais.

Pelas razões expostas nos parecem irrelevantes as condições sobre o predomínio ou não do eleitorado rural ou sobre o predomínio do analfabetismo no campo.

Mais sérias nos parecem as considerações sobre a fraude generalizada e sobre o baixo nível de participação eleitoral.

A substituição do regime eleitoral do Império, de base censitária, pelo regime republicano, de base mais ampla, teve essencialmente uma função ideológica nas primeiras horas da tomada do poder; afinal havia que justificar perante a população a derrubada da monarquia e apresentar o novo regime como aquele que iria se sustentar com o apoio da "Nação" e não só dos mais ricos. Quanto ao procedimento, apenas "a farsa eleitoral monárquica foi substituída pela

16. Ver "A propósito delle elezioni", Avanti!, 4 fev. 1907. Transcrito em Eleições em São Paulo, seus limites (1907) in: A Classe operária no Brasil (1889-1930). Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. (Rio de Janeiro), Ed. Brasiliense, 1981, 2º Volume, pág. 246.

17. Pedro Planhas e Geiger e Fany Davidovich. Aspectos do Fato Urbano no Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIII - Abril - Junho 1961, nº 2, pág. 3.

farsa eleitoral republicana."¹⁸

O verdadeiramente essencial para o sistema era obter o apoio político das oligarquias dominantes a nível estadual, o que inclui o voto dos coronéis, embora o apoio político seja uma questão bem mais abrangente.

Entre 1898 e 1926, os votantes constituíam entre 3,4 e 2,3% da população. Em 1930 só votou 5,7% da população. A abstenção era grande entre os alfabetizados, que tinham direito ao voto: em 1890, 14,8% da população era alfabetizada e 24,5% em 1920.¹⁹

A importância do voto na República Velha não deriva do contingente eleitoral ou da força da sua representação, já que, como mostram os números acima, a participação eleitoral era muito baixa e a fraude institucionalizada comprometia a representatividade. A importância do voto de base social mais ampla estava na sua função ideológica legitimadora na transição de Monarquia para a República. Seria uma espécie de primeiro passo em direção à implantação lenta e gradual dos ideais democráticos e republicanos.

Para o coronel, o poder de arregimentar votos era a expressão de sua capacidade de controle sobre as massas rurais que incluía aspectos materiais e ideológicos.

Sem querer negar a força coercitiva dos coronéis e a existência de milícias privadas, devemos considerar que o coronel era, antes de mais nada, um notável, respeitado pela proteção e pelos favores que prestava à população de sua área de influência. O clientelismo já se praticava largamente na Primeira República. O voto era dado frequentemente como contra-prestação de serviços e favores e como manifestação de fidelidade ao chefe político. As armas se usavam mais ostensivamente quando no município existia um coronel da oposição com seu eleitorado próprio.

No pós-30, durante o Estado Novo, quando os coronéis

18. Raimundo Faoro, Os donos do Poder. (Porto Alegre). Ed. Globo, 1977, 2º Volume, pág. 623.

19. Raimundo Faoro, op. cit. pág. 620 - 621.

perdem seu poderio militar, são mantidos no bloco de poder devido a seu prestígio social, o que mostra sua importância como base de legitimação mais importante até do que o poder de coerção material, já que a ele sobreviveu.

O exemplo do Coronel Zé Pereira de Princesa é ilustrativo. Nas eleições de 1934, perseguido e exilado, apoiou e fez eleger seu candidato Florentino de Medeiros para a Prefeitura de Princesa, vencendo o candidato anti-perrepista num clima de radicalização política que fez com que a apuração fosse realizada em Patos, por falta de "garantias" em Princesa.²⁰

A importância quantitativa e qualitativa do voto cresce sobretudo com a normalização político-constitucional após 1945, com a instauração do voto secreto e da justiça eleitoral.

Aí a potencialidade arregimentadora de votos dos coronéis se manifestaria plenamente sem as fraudes e sem as dégolas. Mas também, progressivamente, a barganha eleitoral iria mercantilizando o voto e adquirindo feições cada vez mais clientelistas. Outra crítica frequentemente feita ao conceito de coronelismo de Nunes Leal é aquela que o acusa de esgotar-se na instância meramente política.

Na Realidade, seria mais correto dizer que o lado econômico não está explícito no seu quadro conceitual, porém, como vimos, a questão da infraestrutura social está claramente presente nas suas considerações sobre as bases do poder do coronel, situada por ele na estrutura agrária concentradora.

É justamente na decadência da economia agrária que Nunes Leal situa a necessidade de aliança dos coronéis com o poder público, para assim se manterem como classe dominante. Embora a ênfase tenha sido dada nos aspectos políticos do coronelismo, a sua compreensão do mesmo como sistema inclui, por definição, os aspectos econômicos e ideológicos, embora não recebam um tratamento privilegiado.

20. Maria Angela Sitônio Wanderley. As Eleições de 82 em Princesa Isabel: A reprodução do velho jogo político. (João Pessoa: mimeo, 1987) pág. 06.

A crítica seria talvez mais pertinente para os analistas do mandonismo.

CORONELISMO E CLIENTELISMO

A característica essencial do coronelismo era a fusão do público e do privado dentro de uma determinada correlação de forças, em que o poder privado dos coronéis entrava de forma subalterna, porém imprescindível ao sistema político.

Findo o sistema coronelista, permanecem os coronéis e situações de mandonismo local, dentro de um novo sistema de correlação de forças políticas. Assim como se colocava a questão da definição do coronelismo, cabe também agora uma segunda indagação: quando desaparece o coronel para dar lugar a um mero chefe político local? Onde é apropriado o uso do termo coronel para designar chefes políticos locais que conservam características secundárias do sistema coronelista? Estas características secundárias formavam parte da idiossincrasia coronelista, por exemplo: a parentela extensiva, as relações e vínculos de ordem pessoal como o compadrio o prestígio social derivado do status senhorial, a fidelidade política contrapartida do facciosismo político, a tradição política familiar...

São cada vez mais escassos os chefes políticos ainda designados popularmente como "coronéis", o que já por si significativo.

Neste ponto, é necessário colocar os limites entre coronelismo e clientelismo.

O coronel, antes de 1930, praticava um certo tipo de clientelismo. Podia fazer uso da violência, usava-a eventualmente para manter seu domínio político mas também oferecia proteção e ajuda a suas bases, fazia favores, cultivava relações pessoais ou seja, fomentava seu prestígio político, em troca exigia deferência e fidelidade em todos os aspectos, sobretudo fidelidade política, o que estrapolava amplamente a questão do voto. Tratava-se de uma relação de

clientela mais personalizada, baseada na relação pessoal chefe-seguintes.
dores.

Nas fases em que não havia eleições, como durante o Estado Novo, os coronéis continuavam "investindo" politicamente nas suas bases na busca desse apoio político amplo de que falávamos.

O Processo histórico fez com que progressivamente fossem se desgastando, perdendo conteúdo, os resíduos do sistema coronelista, incluída a figura do próprio coronel, dando lugar em muitas ocasiões, ao clientelismo puro e simples.

De um lado, houve um processo de centralização e de agigantamento do poder do Estado, em detrimento do poder privado do coronel, de outro o voto passou a ser secreto, exigindo uma diminuição do uso da força e cada vez maiores esforços de barganha por parte do coronel.

A revolução de 1930 tinha propiciado o fortalecimento de cheflas anti-perrepistas em muitos municípios, criando alternativas de escolhas pela primeira vez, o que obrigava a reforçar a barganha.²¹

Na medida em que o capitalismo foi penetrando no campo, as relações não capitalistas de produção foram sendo erodidas. As relações assalariadas cerceiam o controle pessoal, e, conseqüentemente político do proprietário sobre o camponês. Nestas circunstâncias, só tem voto quem tem algo para oferecer em troca, quem pode atender pleitos pessoais e "trazer benefícios" para o município; eletrificação, açudes, financiamentos, postos de saúde, etc... A mercantilização das práticas de clientelismo chega aos extremos da compra pura e simples do voto por dinheiro.

Para José Murilo de Carvalho o coronel desaparece como tal na medida em que passa a ser um mero intermediário entre o governo e seus dependentes, tendendo a ter como principal base de poder o controle patrimonial dos cargos públicos.

Indo além, diríamos que, do processo de decantação dos resíduos coronelistas só restará o mero clientelismo. Este processo embo-

(21) Maria Angela Sitônio Wanderley, Op. cit.

ra Irreversível, não é uniforme, acontece de forma diferenciada segundo as regiões e os municípios.

22

Concordamos plenamente com Rejane Vasconcelos Carvalho quando a conveniência de superar o prisma teórico do coronelismo para analisar o atual quadro político nordestino. Superar não significa, porém, ignorar que, no contexto regional, o coronelismo (mandonismo) ainda é um referencial fundamental, dada as sequelas de sua carga historicamente determinada, e na sua análise e construção devem ser consideradas as diversas configurações adquiridas pela realidade concreta que o conceito retrata.

Nos últimos anos, em vários trabalhos, tentamos captar as transformações não meramente formais, mas substanciais, da evolução sócio-econômica e política do Nordeste em geral, e da Paraíba em particular.

O conceito do "neo coronel", utilizado nos referidos trabalhos é meramente operacional e provisório, foi idealizado na conjuntura da eleição de 1982²³ quando para nós ainda estava confuso o processo de esvaziamento dos resíduos do coronelismo e suas imbricações ou superposições com o mero clientelismo. O próprio processo deste esvaziamento acelerou-se nos últimos anos. A análise do fortalecimento dos movimentos sociais no campo e os próprios resultados da eleição de 1986 clarificaram bastante o fato das velhas relações de dominação terem a ser substituídas por relações de clientela através de máquinas políticas.

Neste contexto nunca negamos aos trabalhadores rurais a qualidade de sujeitos políticos em confronto com o "neo-coronel". Afir-
mamos, inclusive, que a organização e as lutas dos trabalhadores ru-

22. Rejane Vasconcelos Carvalho. Coronelismo e neo-coronelismo: Eternização do quadro da análise política do Nordeste? Fortaleza, mimeo, 1987.

23. Maria Antonia Alonso de Andrade. Op. cit.

rais obrigariam do neo-coronel a adotar uma atitude mais condizente com seu lado empresarial, sendo também o pivot do esvaziamento do mandonismo.²⁴

Entre 1982 e 1986, avançaram os movimentos sociais no campo. Na Paraíba em 1982 apenas dois sindicatos rurais do litoral apoiaram abertamente a oposição, frequentemente a luta sindical era desvinculada da luta política. Os sindicatos no sertão eram meramente assistenciais. Já em 1986 se verifica um início de penetração do novo sindicalismo, inclusive, no sertão. Mesmo com a perspectiva de uma mudança nas relações de trabalho e de dominação, detectamos ao menos na Paraíba, duas áreas geo-políticas bastantes diferenciadas a brejo-litorânea e a sertaneja²⁵. As eleições de 1986 confirmaram um comportamento político-eleitoral também diferenciado na mesoregião sertaneja, a única em que o PDS ainda foi vitorioso, e onde ainda percebem-se sobrevivências de mandonismo local de forte ranço "coronelistas".²⁶

Há também uma nítida diferenciação no que diz respeito às lutas sindicais e aos movimentos camponeses pelo uso e posse da terra. No sertão, a seca e o intervencionismo estatal camuflam o processo de expulsão do homem da terra, que se processa de forma lenta e gradual. Lá não existe uma única área de tensão social. Na área brejo-litorânea o processo de expulsão é maciço e violento, as relações de trabalho tendem a mudar mais rapidamente. E lá que se situam as 135 áreas de tensão cadastradas pelo INCRA e/ou reconhecidas pela FETAG.

Não pretendemos generalizar esta análise para o Nordeste, apenas apontar a necessidade de uma pesquisa empírica que fornecesse dados confiáveis sobre o poder local e suas chefias nos diferentes Estados nordestinos, o que permitirá a elaboração de uma tipologia e de um quadro conceitual mais apurados. Também permitiria verificar se

24. Maria Antonia Alonso de Andrade. Relações de Trabalho e relações de poder: perfil de duas áreas geopolíticas. In: "Relações de Trabalho e relações de poder: Mudanças e Permanências" (Fortaleza. Ed. Universitária da UFCe, 1986, págs. 232 - 248)

25. Maria Antonia Alonso de Andrade. Op. cit.

26. Maria Antonia Alonso de Andrade. 1986: a vitória do PMDB. (João Pessoa, mimeo, 1986).

existe ou não de fato uma especificidade regional no que diz respeito à estrutura de poder.

Ao nosso ver a especificidade existe. Existe de fato uma questão regional. A historiografia ~~não~~ tem identificado esta questão regional com a problemática nordestina, certamente por motivos ligados ao processo histórico de conformação, e de conscientização regional. A conscientização regional é bem mais forte no nordeste do que em outras regiões como o Norte e o Centro-Oeste por exemplo, o que não significa que lá não exista um processo específico de acumulação de capital que configure as respectivas Regiões e consequentemente, as também respectivas questões regionais. (27)

27. A questão foi levantada no debate promovido na UFPB, no dia 01 de outubro de 1987, sobre Constituições brasileira e norte-americana.

TEXTOS UFPB/NDIHR JÁ PUBLICADOS

1. Rastro da Tragédia
Mauro Guilherme Pinheiro Koury - Agosto/83
2. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira no Brasil.
Cláudio Antonio Gonçalves Egler - setembro/83
3. Movimentos Sociais e Meios de Comunicações: Paraíba 1917-1921
Antonio Albino Caneças Rubim - outubro/83
4. A Contribuição à História dos Socialismos no Brasil: A Construção do Partido Socialista Brasileiro.
Silvio Frank Alem - maio/84
5. O Solo Urbano e Desenvolvimento Capitalista.
Tamara Tanla Cohen Egler - outubro/84
6. Trabalho: O Capitalismo Adiantado e a Classe Operária Um Novo Sindicalismo.
Joana Neves - Fevereiro/85
7. Sobre Bananas e Bananeiros: Produção Mercantil e Relações de Trabalho.
Jacob Carlos Lima - janeiro/85
8. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade - fevereiro/85
9. A Igreja Popular na Imprensa Paulista.
Joana Neves - fevereiro/85
10. A Fome não tem Partido
Maria Nely Cavalcanti - setembro/85
11. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História.
Maria das Dores Limeira - Zelúza da Silva Formiga
Abril/86
12. Neo-Coronelismo e Perspectivas Eleitorais na Nova República.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/86
13. Catolé do Rocha - Notas a Propósito de um Domínio Oligárquico.
Neillane Mala - maio/86
14. Cajazeiras: O Domínio do Clientelismo Eleitoral.
Francisco Sales Cartaxo Rolim - julho/86
15. Reconstrução Histórica das Eleições na Paraíba (1945-1978)
Rosa Maria Godoy Silveira
16. Urbanização desloca o centro do poder político
Plauto Mesquita de Andrade - setembro/87
17. As Eleições Municipais de 1985 em João Pessoa.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/87
18. Relações de Trabalho e Relações de Poder
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/87
19. 1986: A Vitória do PMDB
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/87